

Grandes desafios do setor das renováveis estiveram em análise na conferência da APREN

Portugal Renewable Energy Summit voltou a encher grande auditório da Culturgest. A edição de 2024 contou com 750 participantes, 52 patrocinadores e cerca de 58 oradores.

Os grandes desafios do setor das renováveis estiveram em análise na conferência anual da **APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis** – que voltou a encher o grande auditório da Culturgest, em Lisboa, a 4 e 5 novembro. Durante estes dois dias, o **Portugal Renewable Energy Summit** (PRES2024), que já é considerado o maior encontro nacional do setor, reuniu as principais entidades públicas, governamentais e privadas, que discutiram os temas mais críticos relacionados com a transição energética em Portugal e na Europa.

Na sessão de abertura, o **presidente da direção da APREN, Pedro Amaral Jorge**, lembrou que a transição energética é uma urgência ambiental, mas é também uma forma de garantir preços de eletricidade mais baixos para famílias e empresas e de assegurar a independência energética.

A **Secretária de Estado da Energia, Maria João Pereira**, considera que Portugal está no “bom caminho” para aproveitar as oportunidades que a descarbonização irá trazer. Este desígnio nacional implicará investimentos avultados, desde logo no reforço da rede elétrica, entre outros, mas exigirá igualmente a operacionalização de ferramentas como contratos de longo prazo para aquisição de energia renovável (PPA - *Power Purchase Agreements*) e CfD's (*Contracts for Difference*) de forma a impulsionar o mercado e proporcionar maior confiança aos investidores.

No primeiro painel da conferência, moderado por Pedro Amaral Jorge, focado no “**Desenho do mercado europeu de eletricidade**”, os oradores também sublinharam a importância de desenvolver em Portugal mecanismos como os PPA's e CfD's. O deputado europeu, Nicolás González Casares; a Diretora de Regulamentação e Direito Público na Linklaters Lisbon, Maria de Athayde Tavares; o Diretor de Estratégia da OMIP, Ricardo Nunes, e o Diretor da Florence School of Regulation, Leonardo Meeus, defenderam a ideia de desenvolver esses instrumentos. O presidente da NEWES, Jorge Vasconcelos, lembrou que, no passado, Portugal já perdeu oportunidades de tirar partido destas ferramentas.

Depois de uma apresentação do Diretor de Tecnologia e Estratégia da Smartenergy, Manuel Costeira da Rocha, sobre os “**Factores críticos de sucesso para a transição energética**” seguiu-se a discussão sobre a “**Diretiva Europeia das Renováveis (REDIII)**”. O painel teve início com uma mensagem de abertura da Diretora-Geral de Energia da Comissão Europeia, Ditte Juul Jørgensen, e contou ainda com uma apresentação sobre as linhas gerais da Diretiva a cargo do sócio da Cuatrecasas, Lourenço Vilhena de Freitas.

Já no debate, moderado por Pedro Amaral Jorge, a diretora da EREF, Dörte Fouquet, focou as barreiras que ainda existem ao nível do licenciamento e lembrou que há várias estratégias para minimizar os impactos ambientais. O Secretário-Geral da EASE – Associação para o Armazenamento de Energia, Patrick Clerens, realçou, por seu lado, a urgência em assegurar a componente do armazenamento, crucial para o processo de descarbonização. Uma opinião partilhada pelo consultor da SolarPower Europ, Jan Osenberg, que se referiu à ligação perfeita entre solar e armazenamento. A diretora de *advocacy* e *messaging* da WindEurope, Viktoriya Kerelska, não quis deixar de focar que muito do que está previsto na nova diretiva estava já consagrado na anterior.

Ao início da tarde do primeiro dia, num debate moderado pelo jornalista Miguel Prado, as atenções voltaram-se para as redes: “**Grid Action Plan**”. O tema foi apresentado pelo Diretor de Mercados e Consumidores da ERSE, Eduardo Teixeira, e pelo Vogal da Direção da DSO Entity, Luís Cunha. O presidente da Comissão de Coordenação para a Baixa Tensão (CCBT), Nuno Ribeiro da Silva, foi o primeiro a falar das vicissitudes de uma missão desafiante que envolve 278 municípios portugueses. “**O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita**”, frisou. O COO da REN, João Conceição, realçou, por seu lado, as dificuldades relacionadas com o aumento do custo dos equipamentos e com a mão de obra, um problema que também afeta a E-Redes. Ainda assim o presidente da E-Redes, José Ferrari Careto, revelou que a prevê um reforço de investimento de cerca de 50% face ao anterior plano. A ideia será dar resposta aos desafios lançados pelo PNEC sem aumentar as tarifas da eletricidade.

O debate sobre “**As metas dos Planos Nacionais de Energia e Clima Ibéricos**” iniciou-se com uma apresentação do consultor principal da AFRY, Ignacio Cobo, que também moderou o painel. Para que os objetivos sejam concretizados será importante apostar na eletrificação e no armazenamento e garantir ainda a aceitação social junto das comunidades envolvidas, na opinião da Diretora de Regulação e Finanças da UNEF, Cristina Torres-Quevedo. Uma opinião partilhada pelo presidente da direção da APREN, Pedro Amaral Jorge, e pela Diretora de Políticas Energéticas e de Alterações Climáticas da AEE. Heikki Willstedt considera crucial não definir metas irrealistas, tal como o Diretor Executivo da Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Eléctrica (**APIGCEE**), que lembra que o PNEC tem uma previsão de consumo baseada em expectativas que poderão não confirmar-se.

A administradora e diretora financeira da Azuaga Seguros, Ana Lia Marques, abordou a temática do “**O risco no setor das renováveis**”.

O dia terminou com chave de ouro com um debate sobre “**Fiscalidade no setor da eletricidade**” moderado por Carlos Lobo, *partner* na Lobo Carmona. A “falta de clareza” de alguns impostos e tributos, como a tarifa social, o CESE, o IMI, o mecanismo de *clawback* foram abordados por um painel de luxo que contou com Alexandra Courela, Sócia e Co-Coordenadora da área de fiscal da Abreu Advogados; Filipe de Vasconcelos Fernandes, Counsel na Vieira de Almeida; Francisco Mendes da Silva, Sócio e Coordenador do departamento de Fiscal da Morais Leitão; Leonardo Scolari, Consultor Sénior da área Fiscal da PLMJ, e Serena Cabrita Neto, Sócia da Cuatrecasas.

O segundo dia de conferência teve início com a intervenção do **Secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Espírito Santo** realçou a importância de descarbonizar o setor dos transportes, começando, desde logo, pela aviação com recurso ao combustível e-SAF (*Sustainable Aviation Fuel*) gerado a partir de energias renováveis. Na ferrovia o Governo quer continuar a apostar na eletrificação, mas pretende ir mais longe. A ideia é que a Infraestruturas de Portugal possa assumir-se, não só como produtor, mas também como distribuidor de eletricidade. Para o transporte marítimo a estratégia envolverá os portos, onde os navios atracados poderão vir a ligar-se à rede elétrica terrestre para suprir as necessidades energéticas (*onshore power supply*).

As renováveis permitirão a descarbonização dos transportes, mas serão também “**motor de descarbonização de sectores carbo-intensivos**”, como demonstraram as apresentações do CEO da Hydrogen Europe, Jorgo Chatzimakakis, do Diretor de Desenvolvimento Comercial H2 e eSAF da Smartenergy, Pedro Guedes de Campos, e da diretora de desenvolvimento da Aurora Energy Research, Anise Ganbold.

O tema do “**Eólico Offshore**” iniciou-se com uma apresentação de Thomas Schulz, sócio da Linklaters. O leilão de eólico offshore, que atrairá a atenção do setor nos próximos meses, serviu de mote ao debate moderado por Pedro Amaral Jorge. A data do lançamento do leilão está nas mãos da tutela, como sublinhou a Diretora de Serviços de Planeamento Energético e Estatística da DGEG, Manuela Seixas Fonseca. O diretor-geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, José Carlos Simão, revelou que a versão final do Plano de Afetação para Energias Renováveis Offshore já foi submetida ao ministério da Economia e está em circuito legislativo. A presidente do LNEG, Teresa Ponce Leão, explicou, por seu lado, que o laboratório e o IPMA estão a levar a cabo estudos específicos sobre o potencial da energia eólica *offshore* depois de terem sido identificadas as zonas ideais para a implementação da tecnologia. A REN irá desenvolver a infraestrutura para integração dos 10 GW a instalar, como lembrou o Diretor de Planeamento da REN, João Afonso, e haverá ainda a preocupação de aproveitar sinergias para dar garantias aos promotores sem onerar os consumidores de eletricidade, tal como explicou o Diretor de Infraestruturas e Redes da ERSE, Jorge Esteves.

O painel sobre “**O modelo institucional das entidades de licenciamento elétrico**”, moderado pela Coordenadora de Políticas e Inteligência de Mercado da APREN, Susana Serôdio, focou a operacionalização do balcão único que estará a cargo da EMER2030, presidida por Hugo Carvalho. O objetivo é agilizar os processos e promover a transparência já que será possível saber em que “gaveta institucional” está cada um dos projetos. Este será um passo para reforçar a estabilidade que os promotores procuram, tal como sublinhou o Diretor Geral da Saeta Yield, Álvaro Pérez de Lema. A ADENE apoiará o projeto, como referiu o presidente da estrutura, Nelson Lage, tal como a DGEG. O Diretor Geral da DGEG, Paulo Carmona garantiu que o balcão único deixará a estrutura, que está a reforçar o seu quadro de pessoal, com mais disponibilidade para focar os temas estratégicos.

Os oradores do painel sobre “**O modelo institucional das entidades de licenciamento ambiental**”, também moderado por Susana Serôdio, encaram o balcão único como um sinal de esperança, a começar pela Vogal do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, Ana Cristina Carrola. Manuel Silva, Head of Development & Construction Portugal da Aquila Clean Energy, e Miguel Lobo, Country Head Portugal da Lightsource BP, concordam que todas as iniciativas que pretendem agilizar os processos são bem-vindas. A comunicação com a comunidade, de forma a dirimir conflitos, é igualmente uma boa estratégia a seguir, na opinião do presidente da ZERO, Francisco Ferreira. Para o presidente do ICNF, Nuno Banza, é igualmente importante que a simplificação se estenda às várias dimensões.

“Os grandes desafios europeus e nacionais no setor das renováveis” estiveram em foco no último painel, moderado por Pedro Amaral Jorge que arrancou com uma apresentação sobre o tema a cargo do CEO da GWEC, Ben Backwell. O CEO da Finerge, Pedro Norton, realçou que a estagnação do consumo na Península Ibérica é um problema que urge sanar dando impulso à eletrificação da economia. A solução poderá passar por conquistar para o território investimentos electrointensivos como *data centers*, exemplificou.

Importa ainda impulsionar o desenvolvimento do hidrogénio verde, como sugeriu o CEO da Acciona Energía, Rafael Mateo, secundado pelo COO de Renewables, New Businesses & Innovation da Galp, Georgios Papadimitriou, e pelo COO da Nadara Energy, Rui Maia. Os preços baixos, que em alguns momentos chegam a zero, são igualmente um ponto crítico no setor, como apontou o Country Manager Portugal da EDPR, Hugo Costa.

A **Ministra do Ambiente e Ação Climática, Maria da Graça Carvalho**, encerrou a conferência abordando o tema da transição energética. “O Governo quer fazer da descarbonização uma oportunidade para atrair mais investimento e melhorar a vida das pessoas”. Maria da Graça Carvalho destacou o conjunto de medidas do pacote “Descarbonizar para Crescer”, aprovado no Conselho de Ministros de 4 de outubro, dedicado à mobilidade e ao clima, o que inclui, por exemplo as medidas de simplificação de licenciamentos de projetos de energias renováveis e a criação de mercado de contratos de aquisição de energia.

O Portugal Renewable Energy Summit, que já tem lugar marcado na agenda do setor nacional e internacional, já tem data marcada para 2025 e regressa nos dias 2 e 3 de outubro do próximo ano, como anunciou o presidente da direção da APREN.

Sobre a APREN:



A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.